

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** A construção civil pode dar um novo ânimo à economia

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Newsletter

**Página:** Online

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC\\_newsletter\\_168.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC_newsletter_168.pdf)

### A CONSTRUÇÃO CIVIL PODE DAR UM NOVO ÂNIMO À ECONOMIA

O PRODUTO INTERNO BRUTO DO TERCEIRO SEMESTRE MOSTRA QUEDAS NO SETOR,  
MAS DADOS APONTAM QUE CONSTRUÇÃO PODE TER PAPEL ESTRATÉGICO PARA ENFRENTAR A CRISE



O Produto Interno Bruto (PIB) referente ao terceiro trimestre do ano, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmou o que é consenso no setor: a Construção Civil ainda padece com a queda de suas atividades. Apesar do desempenho positivo de 0,7% no terceiro trimestre de 2018, quando comparado ao trimestre imediatamente anterior, o setor segue como o único da indústria nacional a registrar resultados negativos em todas as demais bases de comparação – na anual e na de 12 meses. Uma situação difícil de entender para um País com um déficit habitacional de mais de seis milhões de moradias e que precisa construir as bases (infraestrutura) necessárias à consolidação do seu crescimento sustentado.

A Construção, desde 2014, tem registrado quedas sucessivas em suas atividades, o que tem contribuído para

limitar o desenvolvimento nacional. Ressalta-se que os resultados dos dois últimos anos foram ainda piores do que os conhecidos. No início do mês de novembro o IBGE divulgou o Sistema de Contas Nacionais (SCN) referente ao ano 2016. Nesta publicação um dado chamou atenção especial. A Construção Civil apresentou, em 2016, queda de 10% em seu PIB. A retração do setor naquele ano era conhecida, até então, pelas Contas Nacionais Trimestrais que registrava -5,6%. Ou seja, com a publicação do SCN foi possível observar que a recessão da Construção Civil em 2016 foi muito mais intensa do que a estimada inicialmente. Cabe ressaltar, conforme esclarecimentos metodológicos do próprio IBGE, que para a atividade de construção, o índice de volume do Valor Adicionado é obtido através da variação deflacionada pelo IPCA (subitem mão de obra) da massa de rendimento do pessoal ocupado na atividade. O

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Saída da Pepsi mostra que a ZFM é vulnerável

**Veículo:** Acrítica

**Data:** 06.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Tema do Dia

**Página:** A3

# Saída da Pepsi mostra que a ZFM é vulnerável

Nova bancada federal do Amazonas tem como primeira missão, a partir de 2019, reverter prejuízos ao Polo de Concentrados

**NÁIS CAMPOS**

politica@acritica.com

A mudança de taxaço do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das fábricas de concentrados de refrigerantes instaladas no Polo Industrial de Manaus acabou derrubando a permanência da gigante americana PepsiCo no Amazonas. A desistência ocorreu na semana passada. As empresas pagavam alíquota de 20%, porém, o índice foi reduzido para 4% para bancar os subsídios do óleo prometidos pelo governo de Michel Temer para encerrar a greve dos caminhoneiros em maio.

“Tomamos a difícil decisão de fechar nossa unidade de fabricação de concentrados em

### Articulação

O senador Eduardo Braga (MDB) disse que se reuniu com os dirigentes do setor de bebidas. “Eu mesmo falei com as diretorias da Ambev e da Coca-Cola e ambas disseram que estão decididas em ficar no Amazonas. A postura da diretoria da Ambev, inclusive, foi contrária à decisão da Pepsi de sair do Polo Industrial de Manaus”, anunciou Braga.

Manaus com o objetivo de administrar eficientemente nossas operações em todo o Brasil e posicionar a empresa para um

crescimento de longo prazo. Essa decisão não afeta outras operações da PepsiCo no País”, disse o fabricante em nota.

Por pressão de outras empresas, como a Coca-cola e a Ambev, a equipe econômica de Temer refez os cálculos e, no primeiro trimestre de 2019, o índice a ser tributado no IPI será de 12%, e no segundo, 8%. Para 2020 volta os 4% novamente.

### **CRÍTICAS**

Mas a saída da PepsiCo ainda é motivo de críticas sobre a fragilidade da Zona Franca de Manaus em manter suas indústrias ante aos cenários de crise. Na opinião do deputado federal eleito, Sidney Leite (PSD) a saída da Pepsi do PIM demonstra

### **Em números**

#

**86.168**

É o número de empregos entre efetivos, temporários e terceirizados, do Distrito Industrial de Manaus, segundo levantamento de setembro realizado pela Suframa. O setor que mais emprega é o eletroeletrônico com 37.436 funcionários.

... não só uma empresa a menos na cartela de empresas do distrito, mas fragilidade de todo o setor. “A medida adotada pelo governo



Temer, com esse decreto que atinge o polo de concentrados do PIM, fragiliza o modelo como um todo, hoje pode ser o setor de refrigerantes e amanhã atingir outros setores”, avaliou.

O também deputado federal eleito Capitão Alberto Neto (PSB) garante que a perda da fabricante americana não atinge apenas o Amazonas e, sim o País. “A ZFM gera mais de 700 mil empregos para todos os estados da federação. São insumos, importados para as fábricas que ampliam a oferta de empregos em âmbito nacional. Então, podemos concluir que o modelo econômico não pertence só aos amazonenses, mas a todo o Brasil”, disse o capitão.

A preocupação de Neto vai

além. Ele explica que, uma empresa ao deixar o PIM tira a garantia da manutenção de empregos e arrecadação de impostos. “Se acham que são poucos os tributos arrecadados, com a saída de uma fábrica, não será arrecadado é nada. Todos perdem”, lamenta.

Já Marcelo Ramos (PP), que vai compor a bancada federal do Estado no ano que vem, em Brasília, observa que a mudança tributária deixa vulneráveis as empresas de concentrado do Polo Industrial, uma vez que essas fábricas perdem competitividade. “Considerando, assim, que o Amazonas tem custos logísticos extraordinários por conta da distância dos centros consumidores e da falta de infraestrutura”, ponderou.

## Personagem



SENADOR ELEITO  
PELO PSDB

**Plínio  
Valério**



# O maior problema da ZFM são as mentiras

Cobrar o cumprimento da lei que nos garante tratamento diferenciado e principalmente cobrar compensação não só dos brasileiros, mas também daqueles que, com suas cobranças, nos amordaçam e não nos permitem tocar em nossos bens naturais disse o senador eleito Plínio Valério sobre o papel da bancada do Amazonas no Congresso.

“O maior problema da ZFM

são as mentiras repetidas, principalmente pela República Paulista, de que somos um problema para o Brasil. Os brasileiros têm que saber a verdade, e a verdade é que o Amazonas é um dos nove Estados que manda para a União, mais dinheiro do que recebe. Não podemos nos contentar somente em prorrogar a ZFM. Todas às vezes que isso aconteceu perdemos competitividade e o resultado aí está. Precisamos fazer com que o mundo tome conhecimento de que o Brasil está matando o único modelo econômico que se conhece que sustenta o maior Estado da Federação e ajuda a preservar a maior floresta tropical do Planeta. O Mundo precisa entender que nos deve compensações por isso. É preciso cobrar”, disse.



# Medida causou prejuízos

A saída da fábrica da PepsiCo já era especulada desde que um decreto assinado pelo presidente Michel Temer, em junho, reduziu a alíquota de 20% para 4% do IPI, gerando desconforto entre os empresários do setor. À época, a Federação das Indústrias calculou que as companhias de concentrados de refrigerantes teriam, em média, prejuízos de R\$ 6 bilhões por ano com a redução dos incentivos.

Em nota enviada à reportagem, a PepsiCo diz que tomou a decisão de fechar a unidade em Manaus com o objetivo de administrar eficientemente as operações em todo o Brasil. A empresa, porém, não se manifestou sobre a motivação da

saída do PIM, se vai abrir uma nova unidade em outra cidade.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, atribui à saída da Pepsi da Zona Franca de Manaus (ZFM) à redução de incentivos assinada pelo atual presidente, mas disse acreditar que, por enquanto, outras empresas do setor não tomarão a mesma decisão.

“Nós, da Federação da Indústria, ainda não fomos comunicados oficialmente, e por enquanto não passa de especulação. Na segunda-feira nós vamos em busca disso. Mas assim, isso tudo é por causa daquela medida assinada pelo presidente para reduzir a alíquota. A gente luta tanto aqui e vem esse decreto”, disse.

## Blog

“ **Pauderney Avelino** Deputado Federal - DEM ”

”

**“A maior e melhor resposta que eu poderia dar sobre a saída da PepsiCo do Polo Industrial de Manaus é a edição e publicação do decreto que revogou o anterior assegurando que as empresas, a partir do ano que vem, possam obter um crédito de 12%”,** disse o deputado federal Pauderney Avelino. “Então, vamos continuar na luta. Eu continuo trabalhando para que possamos ter a garantia de manutenção das empresas de concentrados de refrigerantes. Já tenho a garantia de duas delas, a Ambev e a Coca-cola, que permanecerão em Manaus. Óbvio que tem trabalho a ser feito, mas aí já não será mais comigo



(Pauderney deixa, no ano que vem, a Câmara Federal por não ter sido reeleito na eleição de outubro). Eu, enquanto puder estarei à frente desse processo e, se for chamado para ajudar estarei pronto para defender os interesses do nosso estado e das empresas da Zona Franca de Manaus”, afirmou o parlamentar.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Construção civil tem inflação de 0,24% em novembro, diz IBGE

**Veículo:** Agência Brasil

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** Online

**Link:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/construcao-civil-tem-inflacao-de-024-em-novembro-diz-ibge>

*Economia*

# Construção civil tem inflação de 0,24% em novembro, diz IBGE


Publicado em 07/12/2018 - 10:36 Por Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil  Rio de Janeiro

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou inflação de 0,24% em novembro. A taxa é inferior à registrada em outubro, de 0,43%, e em novembro do ano passado, de 0,48%.

O Sinapi acumula taxas de inflação de 4,18% no ano e 4,36% em 12 meses. Com a alta de preços de novembro, o metro quadrado da construção civil passou a custar R\$ 1.111,41.

A parcela dos materiais teve inflação de 0,36% em novembro e passou a custar R\$ 576,75. Já o custo da mão de obra por metro quadrado aumentou 0,11% no mês e passou para R\$ 534,66.

Edição: Fernando Fraga

 Tags: CONSTRUÇÃO CIVIL, INFLAÇÃO, SINAPI, IBGE



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Diálogo TCU/CBIC amplia debate em Curitiba sobre obras públicas

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Newsletter

**Página:** Online

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC\\_newsletter\\_168.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC_newsletter_168.pdf)

### DIÁLOGO TCU/CBIC AMPLIA DEBATE EM CURITIBA SOBRE OBRAS PÚBLICAS

EVENTO POSSIBILITOU A TROCA DE IDEIAS PARA SOLUCIONAR ENTRAVES EM OBRAS NACIONAIS



Encontro é um projeto da Comissão de Infraestrutura da CBIC e foi realizado no auditório do Sinduscon-PR

O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em cor-realização com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Nacional), promoveram, na última segunda-feira (3), em Curitiba, a primeira edição regional do Diálogo TCU/CBIC para o período 2018-2019. O evento possibilitou a troca de ideias entre representantes da construção civil e órgãos de controle a fim de buscar soluções para entraves em obras nacionais e melhorar o desenvolvimento de infraestrutura no Brasil.

O encontro é um projeto da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC e foi realizado no auditório do Sindicato da Indústria da Construção do Paraná (Sinduscon-PR). Após a abertura, pela manhã, com a presença dos presidentes da CBIC, José Carlos Martins e do Sinduscon-PR, Sérgio Crema, o presidente da COP/CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, coordenou os três painéis do evento, que tiveram como temas:

- As especificidades das licitações por preço global e por preços unitários
- Orientações para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, motivado pela elevação no preço dos insumos
- Jurisprudência sobre anulação ou modificação de aspectos do contrato por defeitos na licitação

Para Carlos Eduardo, o debate entre os dois órgãos é essencial e a primeira edição regional do biênio cumpriu seu dever. "A aproximação entre os auditores e a realidade das empresas e dos canteiros de obras joga luz sobre questões relevantes para o bom desenvolvimento dos projetos de infraestrutura", disse. "As análises e discussões que caracterizam as edições do Diálogo TCU/CBIC são do interesse de quem executa, de quem contrata e de quem fiscaliza obras e serviços de Engenharia nos três níveis de governo", afirmou o presidente da COP/CBIC.





Presidente da COP/CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, coordenou os painéis do evento.

Os temas tratados nos painéis tiveram interface com o projeto Melhoria da Competitividade e Ampliação de Mercado na Infraestrutura, iniciativa da COP/CBIC e do SENAI Nacional. "Os três assuntos foram levantados regionalmente. Foram temas que a CBIC solicitou ao Sinduscon-PR para verificar entre as suas associadas que assuntos gostariam de discutir com o TCU", comentou o presidente Carlos Eduardo.

### PREÇO GLOBAL X UNITÁRIO

Ainda pela manhã, o assessor da Secretaria de Controle Externo do governo do Paraná, Nivaldo Dias Júnior, e o ex-presidente do Sinduscon-PR e conselheiro da CBIC José Eugênio Gizzi apresentaram suas considerações sobre o tema 'As especificidades das licitações por preço global e por preços unitários'.

Dias Júnior exemplificou casos em que é mais aconselhável o contratante optar por (empreitada por preço global) ou EPU (preços unitários). Ele também divulgou o Informativo de Licitações de Contratos, disponível no portal do TCU, e que, segundo o gestor, pode ajudar os interessados no assunto.

Por sua vez, José Eugênio Gizzi destacou a importância da análise crítica dos contratos do início ao fim do projeto e sugeriu premissas para elaboração de proposta do licitante, como a necessidade de corrigir os quantitativos efetivos e verificar detalhadamente os custos diversos de insumos previstos.

O ex-presidente do Sinduscon-PR também observou a relevância de se atualizar os projetos quando se decorre muito tempo entre seu planejamento e sua execução,

sob pena de perda de qualidade. Ainda de acordo com Gizzi, muitas das regras para coibir ilícitos estariam paralisado a administração pública. "Pediria uma análise para diferenciar o que é má gestão e gestão efetiva do contrato. Essa análise pelo poder público e pelos órgãos de controle deve também ser considerada", defendeu o conselheiro da CBIC.

### PREÇO DOS INSUMOS

Na parte da tarde, o auditor federal Rafael Carneiro Di Bello, da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura do TCU, e o presidente do Conselho Setorial da Construção Civil do Paraná, Marcos Mauro Moreira Filho, debateram a respeito das 'Orientações para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, motivado pela elevação no preço dos insumos'.

Di Bello revisou o conceito de empreitada para execução de obra pública, na Lei Nº 8.666/1993, e os conceitos de justa remuneração, isonomia na licitação entre os competidores e matriz de riscos. "O orçamento detalhado favorece a isonomia no processo licitatório, pois permite identificar e sanear dúvidas dos competidores", lembrou.

Ele também referendou o BIM (Building Information Modeling - em português, Modelagem da Informação da Construção) como um modelo favorável para racionalizar o processo de quantificação de serviços, especialmente em obras complexas e recomendou os processos de levantamento e quantificação, definição de custos unitários e de formação do preço de venda para se alcançar o equilíbrio desejável em contratos.





Walther/Santos

Representantes da construção civil e órgãos de controle discutiram formas de melhorar o desenvolvimento de infraestrutura

Já Moura Filho abordou o anseio do setor da construção pela uniformização dos conceitos entre os órgãos de controle nas esferas federal, estadual e municipal. “Os acórdãos do TCU, os regramentos, são interpretados de forma diferente em cada região do país”, opinou Filho, que também é presidente do Sinduscon do Noroeste do Paraná.

Ele também citou pontos da legislação sobre a base legal para o equilíbrio e levou exemplos em que o intervalo entre o orçamento e a licitação ou aspectos regionais permitem a ocorrência de alterações no valor de insumos de forma que as preços de materiais precisam ser reconsiderados.

#### DEFEITOS NA LICITAÇÃO

Além de participar dos dois painéis anteriores, debatendo com os participantes, o coordenador-geral de Controle Externo de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União, Nicola Khoury, encerrou o evento tratando do tema ‘jurisprudência sobre anulação ou modificação de aspectos do contrato por defeitos na licitação’. Também participou do terceiro painel o advogado Fernando Vernalha, consultor da CBIC.

Sob pontos de vista diferentes, Khoury e Vernalha apresentaram detalhes da legislação revogação e anulação de contratos por irregularidades na licitação, da jurisprudência histórica e sua evolução sobre invalidação e o desfazimento do contrato, imputação de responsabilidade ao contratado privado por defeitos na licitação, responsabilização dos privados

e controle de preços. Ambos também discorreram sobre aspectos de falhas da licitação, do contrato e da execução, além de fazerem vasto relato sobre a atuação dos órgãos de controle.

“O tribunal tem buscado esse papel de indução do diálogo, de contribuir com as soluções. Não é um acórdão do TCU que vai resolver os problemas. O TCU está chamando para discutir, para fazer com que as canetas funcionem. Entendemos que esse é o melhor caminho”, afirmou Khoury. O TCU tem uma diretriz institucional para um diálogo mais frequente, não só processual como extraprocessual e temos buscado estar presentes nos mais variados fóruns de discussão com os mais variados agentes, que sejam do setor estatal ou do setor produtivo”, reforçou.

#### RETOMADA DO DIÁLOGO

O encontro Diálogo TCU/CBIC foi criado nos anos de 2013 e 2014, quando contou com debates nas cinco regiões do País, nas cidades de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Belém (PA).

Como resultado, foi criada a Cartilha TCU/CBIC - Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas, que vem ajudando gestores públicos e privados a eliminar entraves Brasil.

Todo o evento foi transmitido via [Youtube pela CBIC](#) e continuará à disposição do público interessado, assim como as [apresentações dos convidados nos painéis](#).



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** A destruição criativa da democracia

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Newsletter

**Página:** Online

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC\\_newsletter\\_168.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC_newsletter_168.pdf)

### A DESTRUIÇÃO CRIATIVA DA DEMOCRACIA

*LEONARDO BARRETO, cientista político e consultor da CBIC*

Guilherme Kandel



Em 1835, o filósofo francês Alexis de Tocqueville publicou seu mais famoso trabalho, *A Democracia na América*. O livro, um relato empírico da nova organização política experimentada nos Estados Unidos, se tornou a certidão de nascimento daquele país e o estalo para a retomada ideológica da democracia no mundo, após sua rápida aparição na Grécia Antiga.

O que chamou atenção de Tocqueville – e de toda a Europa, onde o livro teve um impacto avassalador – foi a construção de uma sociedade sem as amarras das tradições feudais, que dividiam as pessoas em castas definidas. O Novo Mundo dava berço a uma experiência francamente nova: o regime da liberdade negativa.

A liberdade negativa refere-se ao espaço privado das pessoas – que depois foi estendido para os negócios – que devia ser protegido da interferência de outros indivíduos e, principalmente, do Estado. Daí surgem inúmeras conceitos liberais, como o controle do poder público, a liberdade individual, a livre iniciativa, entre outros. A combinação entre igualdade (ausência de privilégios) e liberdade (de iniciativa) é uma sociedade equilibrada entre o público e o privado.

Há riscos. Para Tocqueville, a escravidão era a principal ameaça à utopia americana, pois ela constitui uma desigualdade fundamental, difícil de ser removida. Outra ameaça era a indiferença. Sumindo os laços de dependência entre servos e senhores, também deixava de haver as obrigações mútuas inerentes àquela ordem imutável, que prendiam, mas que também davam segurança.

A liberdade pós-feudalismo permitiu perguntar às crianças que elas seriam quando crescessem. Mas também lançou este novo homem na solidão típica das comunidades com laços enfraquecidos, do cada um por si, mesmo o Estado ofereço alguma proteção.

O trabalho duro para sobreviver desinteressa o homem dos assuntos públicos, alertava Tocqueville. E, como não há cadeira vazia em política, o egoísmo dos indivíduos, mesmo que bem justificado, retira os cidadãos dos debates e afrouxa o controle social. Um número cada vez menor de pessoas passa a decidir sobre um conjunto maior de coisas, abrindo espaço para o abuso de poder e suas variações, o privilégio e a corrupção.

Olhando para o Brasil, através da lente de Tocqueville, chama logo atenção a ausência histórica de controle do poder estatal, de igualdade de condições e participação efetiva da maioria da população. Percebe-se claramente a correlação negativa entre poucos períodos de democracia e desequilíbrios profundos e persistentes.

Menos de 10% da história brasileira é democrática: 48 anos para ser exato. Dezoito anos entre 1946 e 1964 e três décadas de 1998 para cá. Por isso, encará-la de frente desafia tanto as instituições. Ela é barulhenta, caótica e diversionária, propondo novas regras a jogadores antigos. Uma verdadeira “destruição criativa”, como diria outro teórico importante da democracia, o economista Joseph Schumpeter.

Não se deve estranhar, portanto, que notemos mais o que cai do que o que é erguido. As reformas, o combate de corrupção e a desregulamentação dos negócios são faces da mesma moeda. Uma realidade, “providencial, irresistível e para a qual contribui todos os acontecimentos”, para usar as palavras Tocqueville, que aqui soam como sentença ou profecia.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Ética como fator de transformação

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Newsletter

**Página:** Online

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC\\_newsletter\\_168.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC_newsletter_168.pdf)

### ÉTICA COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO

*ELIANA CALMON, ex-ministra do STJ e consultora da CBIC*

Guilherme Kändel



No momento histórico em que vivemos, é necessária uma reflexão sobre as razões que desencadearam os resultados das eleições de outubro deste ano, para assim nos precavermos de um possível retrocesso.

Ao longo de toda a República, mesmo depois da Constituição de 88, permaneceu o país com vetustos valores, com o poder político sob domínio do poder econômico, ditando as regras jurídicas próprias de um país atrasado, elitista e preconceituoso.

A percepção dos males desse modelo, sem estabelecer

os limites entre o público e o privado, era bem difundida, aceitando-se como característica cultural o nepotismo, o apadrinhamento e os conchavos.

Esse estado letárgico acentuou cada dia mais o desinteresse dos brasileiros pelos rumos da política, encastelando os grupos econômicos nas esferas políticas, a tal ponto que, em 2015, o Instituto Data Folha de Pesquisa constatou que, até 2013, o brasileiro não tinha noção de que a corrupção estatal era um problema. Somente em 2016 é que se encarou a corrupção como sendo o problema número um do país. A alienação era tamanha que mereceu o Brasil o seguinte comentário do cineasta José Padilha: "a lógica da democracia brasileira é a corrupção".

Tudo indica que o país despertou do seu sono letárgico em junho de 2013, quando a população brasileira foi para as ruas sem o comando tradicional dos partidos políticos, sem liderança específica e sem que se identificasse, a princípio, quais eram as reivindicações.

Atônitos, perguntavam os políticos de plantão o que era aquilo, ao tempo em que correram para aplacar a ira do povo brasileiro. O Executivo tratou de firmar pactos pela melhoria dos serviços públicos e o Legislativo, amedrontado, tratou de aprovar projetos de lei que há anos dormiam nas prateleiras do Congresso Nacional.

Foi assim que iniciamos a limpeza ética no Brasil: com um movimento de rua para pedir compostura, moralidade, valores na condução da nação, materializada no apoio popular maciço dado, logo depois, à Operação Lava Jato conduzida na Justiça Federal do Estado do Paraná.

E assim começamos a escrever uma nova história, onde



as empresas estão sendo chamadas a atuar como agentes transformadores da sociedade, propagando valores expressos em responsabilidade e transparência, unindo desenvolvimento econômico a fortalecimento dos pilares sociais, tornando-se, assim, parceiros do Estado, e não mais do governo.

Neste novo momento, o Poder Judiciário, como fiador da ordem jurídica, está como protagonista principal. Esse enfrentamento teve início com os magistrados de primeiro grau, passou pelos tribunais intermediários com o mesmo perfil de modernidade - defender o patrimônio moral e os cofres públicos, pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito, chegando ao Supremo Tribunal Federal onde nascem os processos dos réus da Lava Jato, quando detentores de foro especial.

A atuação do Supremo em relação à Lava Jato começa a mudar de orientação, prevalecendo aqui e ali a política de liberalidade que sempre dominou a Corte, com desconfiança das informações trazidas pelos colaboradores ou delatores, formalidade na avaliação das provas e uma apurada preocupação com os direitos individuais.

A benevolência no tratamento dado pelo STF ao crime de corrupção começa a ser sentida nos processos da Operação Lava-Jato e derrama sobre a nação a preocupação maior: que destino será dado a tão grave episódio vivenciado ao longo desses quatro anos?

Lamentavelmente não são infundadas as preocupações. Afinal, estamos lembrados do que ocorreu na Itália em processo similar, o da Operação Mãos Limpas, onde diversas foram as prisões e condenações, com a extinção dos dois maiores partidos políticos que davam sustentação ao governo, mas ao fim e ao cabo foram ínfimos os resultados no combate à corrupção.

O exemplo italiano preocupa, mas o diagnóstico nos tranquiliza, quando examinamos as causas do insucesso. Em entrevista concedida à Revista Veja, há dois anos e meio atrás, a socióloga Donatella Della Porta, professora da Escola Normal Superior de Florença, estudiosa do tema corrupção, afirma, referindo-se à

Operação Mãos Limpas: "O grande erro foi acreditar que o Poder Judiciário conseguiria mudar sozinho o corrupto sistema italiano. A chamada 'revolução dos juizes' não tinha força para isso". E concluiu a doutora Donatella: "Uma transformação significativa necessitava que uma profunda reforma política fosse feita em paralelo às investigações policiais e às decisões judiciais".

Nos anima o diagnóstico da socióloga italiana, porque no Brasil já começamos a dar a sustentação política à Lava Jato, a partir do resultado da eleição deste ano, quando foi feita uma mudança significativa nos quadros partidários.

Por outro lado, as empresas, a partir da edição da Lei de Improbidade Empresarial (Lei nº 12.846/2013), preocupadas com a possibilidade de, pela primeira vez punir-se o corruptor, sem sequer indagar do elemento subjetivo dolo ou culpa, estão sendo praticamente forçadas a assumir diferente postura ética nas negociações com o Estado. E como autodefesa têm aderido ao "compliance" para se verem de acordo com as exigências fiscais e burocráticas, expressas nos seus regulamentos. Seguir as regras estabelecidas e estar "em conformidade" é agir com ética e segurança, forma efetiva de sobrevivência, com desenvolvimento e com riscos minimizados.

Estamos em fase de mudança, tudo é novo e experimental, não temos segurança quanto ao futuro, mas guardamos uma certeza: o modelo posto não pode prevalecer, foi preciso extirpa-lo.

Estamos a desenhar um novo Brasil, pautado na ética e na modernidade, mas devemos ter muito cuidado: ainda há um Brasil que agoniza e, nos últimos estertores, agarra-se ao velho modelo que lhe garantiu por séculos muitos privilégios. Por isso mesmo, esse Brasil que estamos a expurgar está atento, com sentinelas estrategicamente encasteladas para lhe garantir sobrevivência. Não podemos esmorecer.

Demos os primeiros passos e estamos vigilantes, na longa jornada que ainda nos resta, certos de que o nosso arsenal de valores éticos, próprios da cidadania, prevalecerá.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Intenção de investimentos da indústria cresce 4,4 pontos

**Veículo:** Agência Brasil

**Data:** 10.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Newsletter

**Página:** Online

**Link:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/intencao-de-investimentos-da-industria-cresce-44-pontos>

*Economia*

# Intenção de investimentos da indústria cresce 4,4 pontos

*Publicado em 10/12/2018 - 09:31 Por Vitor Rio de Janeiro*

O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 4,4 pontos no quarto trimestre deste ano em relação ao trimestre anterior. Com a alta, ele chegou a 117,4 pontos, o maior nível desde o primeiro trimestre deste ano (123,7).

Segundo a FGV, o indicador mede a disseminação do ímpeto de investimento entre as empresas industriais, colaborando para antecipar tendências econômicas.



*Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria cresceu 4,4 pontos no 4º trimestre em relação ao trimestre anterior e chegou a 117,4 pontos, o maior nível desde o 1º trimestre. (Arquivo/Amanda Oliveira/GovBA)*

Esse trimestre também registrou o sétimo resultado consecutivo acima dos 100 pontos, nível em que a proporção de empresas prevendo aumentar o volume de investimentos produtivos nos 12 meses seguintes supera o das que projetam reduzir os investimentos.

A proporção de empresas que planejam investir mais cresceu de 28,3% no terceiro trimestre para 30,7% no quarto trimestre. Aquelas que preveem investir menos caíram de 15,3% para 13,3% no período.

A proporção de empresas que estão certas de que executarão seu plano de investimentos foi de 31%, ficando acima da parcela de 25,9% de empresas incertas.

Segundo o pesquisador da FGV Aloisio Campelo Jr., apesar da melhora, o indicador ainda está distante do nível médio registrado nos dois anos anteriores à recessão de 2014-2016.

Para ele, o resultado mostra que a recuperação dos investimentos deve seguir em rota moderada nos próximos meses.

"Entre os fatores que impedem uma alta mais consistente do indicador estão a persistente incerteza econômica e as dúvidas quanto ao ritmo da economia no primeiro ano do novo governo", finalizou.

*Edição: Kleber Sampaio*

*Tags: INDICADOR DE INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA, FGV*

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Lei do distrato visa a estimular a incorporação

**Veículo:** Estadão

**Data:** 09.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Opinião

**Página:** Online

**Link:** <https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,lei-do-distrato-visa-a-estimular-a-incorporacao,70002638778>

# Lei do distrato visa a estimular a incorporação

Novas regras imporão severa disciplina aos compradores, que terão de avaliar com rigor suas finanças antes de adquirir imóvel

Falta a sanção do presidente da República para que o Projeto de Lei 1.220/2015 entre em vigor, impondo pesados ônus à desistência dos compradores de imóveis em construção. O problema chegou a atingir 35% das vendas em 2014 e ainda alcança 26% das vendas em 12 meses, até julho, segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). Se as novas regras foram bem recebidas pelas empresas de construção, o mesmo não se aplica aos consumidores. A associação Proteste e o Procon-SP viram no texto legal um desequilíbrio em favor dos produtores.

O projeto aprovado pelo Congresso determina que os compradores que ficarem inadimplentes ou que denunciarem os contratos (via distrato) estarão sujeitos a multa de até 25% do valor pago, além de encargos de comissão de corretagem, impostos e taxas de condomínio. Se os imóveis foram construídos em regime de afetação, em que a contabilidade é separada da contabilidade da incorporadora, a multa poderá atingir 50% do valor pago.

O comprador só não será penalizado se apresentar um interessado no imóvel que adquiriu e que este interessado seja aceito pelo vendedor.

Ao contrário do que ocorre hoje, quando a Justiça costuma estabelecer penalidades mais brandas para quem distrata, o comprador terá de esperar até 180 dias para receber a restituição ou, nos casos de emprego do patrimônio de afetação, até 30 dias após concluída a obra.

As novas regras imporão severa disciplina aos compradores, que terão de avaliar com rigor suas finanças antes de adquirir imóvel. Mas é preciso lembrar que há diferenças entre os compradores que se valem de distratos. Para quem perdeu emprego e renda, as novas regras são, de fato, muito duras. Mas há compradores que denunciavam os contratos por outros motivos – alguns deles condenáveis, como a tentativa de transferir aos vendedores o ônus da crise que fez desvalorizar os imóveis.

O objetivo das regras é estimular a retomada do setor imobiliário, pois o volume de distratos agravou a crise, que só aos poucos começa a ser superada. “Agora não há por que imaginar que esse mercado não vá crescer”, disse ao **Estado** o presidente da Abrainc, Luiz Antonio França. Já o Procon-SP e a Proteste recomendam cautela aos consumidores interessados em comprar imóvel na planta.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Mercado reduz estimativa de inflação pela sétima vez

**Veículo:** Agência Brasil

**Data:** 10.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** Online

**Link:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/mercado-reduz-estimativa-de-inflacao-pela-setima-vez>

*Economia*

# Mercado reduz estimativa de inflação pela sétima vez

*As informações são do boletim Focus, do Banco Central*

*Publicado em 10/12/2018 - 09:21 Por Kelly Oliveira - Repórter da Agência Brasil Brasília*

Instituições financeiras consultadas todas as semanas pelo Banco Central (BC) reduziram mais uma vez a estimativa para a inflação este ano. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) caiu pela sétima vez seguida, ao passar de 3,89% para 3,71%, neste ano. Para 2019, a projeção foi reduzida pela quinta vez consecutiva, de 4,11% para 4,07%. Em 2020, a expectativa é que a inflação fique em 4%, a mesma projeção há 75 semanas e, para 2021, houve ajuste de 3,78% para 3,75%.

As informações são do boletim *Focus*, publicado toda segunda-feira no *site* do BC, com estimativas do mercado financeiro para os principais indicadores da economia.

A revisão na estimativa para a inflação ocorreu após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informar que o IPCA registrou deflação de 0,21% em novembro e acumulou alta de 4,05% em 12 meses, abaixo do centro da meta de inflação, que é de 4,5%. Essa meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta é 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

## Reunião do Copom

Essa meta deve ser perseguida pelo BC, e o principal instrumento é a taxa básica de juros, a Selic. As instituições financeiras consultadas pelo BC esperam por manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 6,5%, nesta semana. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reúne-se amanhã e quarta-feira (12) para definir a Selic.

Para as instituições financeiras, a Selic deve voltar a subir em 2019, encerrando o período em 7,5% ao ano. Na semana passada, a expectativa estava em 7,75% ao ano. A primeira reunião do Copom de 2019 ocorrerá em fevereiro.

A manutenção da Selic, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação, objetivo que deve ser perseguido pelo BC.

Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Entretanto, as taxas de juros do crédito não caem na mesma proporção da Selic. Segundo o BC, isso acontece porque a Selic é apenas uma parte do custo do crédito.

Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação.

Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança

## Atividade econômica

A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – caiu de 1,32% para 1,30%, na segunda redução seguida.

Para 2019, a estimativa segue em 2,53%. As instituições financeiras projetam crescimento de 2,50% do PIB em 2020 e 2021.

## Cotação do dólar

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar passou de R\$ 3,75 para R\$ 3,78 no fim deste ano e para 2019 permanece em R\$ 3,80.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Mesa redonda debate expectativas para o mercado imobiliário em 2019

**Veículo:** AECweb

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Notícias

**Página:** Online

**Link:** [https://www.aecweb.com.br/cont/n/mesa-redonda-debate-expectativas-para-o-mercado-imobiliario-em-2019\\_18233](https://www.aecweb.com.br/cont/n/mesa-redonda-debate-expectativas-para-o-mercado-imobiliario-em-2019_18233)

# Mesa redonda debate expectativas para o mercado imobiliário em 2019

Texto: Yuri Soares

Evento contou com a presença de Rubens Ricupero, diplomata e ex-ministro da Fazenda, e Fernando Mitre, jornalista e diretor da Rede Bandeirantes



Participantes apresentaram uma visão otimista a respeito do futuro da economia e do mercado imobiliário do Brasil (Créditos: Divulgação/ Fiabci-Brasil)

**07/12/2018 | 14:49** - O Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo (**Secovi-SP**), em parceria com a Federação Internacional Imobiliária (**Fiabci-Brasil**), promoveu, na última terça-feira (4), o **Mesa Redonda – Perspectivas para 2019**. Realizado na sede das duas entidades, o evento contou com a presença de Rubens Ricupero, diplomata e ex-ministro da Fazenda, e Fernando Mitre, jornalista e diretor da Rede Bandeirantes, que analisaram o panorama e as expectativas para a economia brasileira e o **mercado imobiliário** em 2019.

Segundo os participantes, a visão para o futuro é otimista. Rubens Ricupero analisa que, pensando em 2019 como uma continuidade do trabalho do atual governo de Michel Temer, é possível prever um crescimento razoável na economia brasileira. Para ele, o atual cenário é positivo, devido, principalmente, ao final das incertezas eleitorais, que trouxeram insegurança ao mercado durante boa parte deste ano.

“Antes das eleições, não tínhamos ideia de para onde seguiria a economia, agora nós temos uma certeza razoável de que haverá uma dose de continuidade do que estamos vivenciando hoje”, declarou.

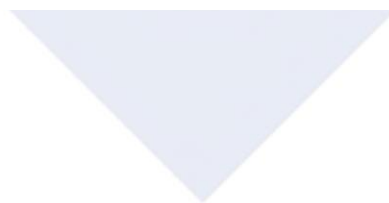
O ex-ministro da Fazenda disse, ainda, que o grande desafio do próximo governo, sob o comando do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), será impedir que a dívida pública do Brasil cresça. Para isso, é importante que a reforma da previdência social aconteça imediatamente, já que o programa de seguro público é um dos principais causadores do endividamento.

Na análise do jornalista Fernando Mitre, é essencial que a reforma da previdenciária seja aprovada no primeiro semestre de 2019. “Esta reforma não irá dar resultados imediatos, mas criará um horizonte, fundamental para sustentar uma economia que quer crescer.”

Apesar da estimativa de **recuperação econômica**, de acordo com Ricupero, a taxa de desemprego é alta em 2018 (aproximadamente 11,3%), e a previsão é de que, daqui a um ano, o indicador continue com dois dígitos “Isso é mal para o setor imobiliário, porque não há dúvida de que, enquanto o desemprego não cair mais depressa, vai ser difícil ter uma boa demanda no mercado”, afirma.

O Mesa Redonda – Perspectivas para 2019 contou também com a participação do vice-presidente de assuntos institucionais do Sindicato de Habitação de São Paulo (Secovi-SP), Basílio Jafet, que assumirá a presidência da entidade no lugar de Flávio Amary, futuro Secretário de Habitação no governo de João Doria (PSDB).

O debate foi mediado pelo Vice-Presidente de Habitação Econômica do Secovi-SP, Rodrigo Luna.





## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Oferta final de imóveis residenciais reduz mais ainda e indica espaço para recuperação de preços

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Newsletter

**Página:** Online

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC\\_newsletter\\_168.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC_newsletter_168.pdf)

### OFERTA FINAL DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS REDUZ MAIS AINDA E INDICA ESPAÇO PARA RECUPERAÇÃO DE PREÇOS

MARCOS KAHTALIAN, sócio dirigente da BRAIN



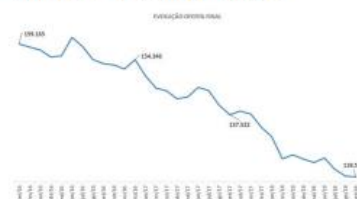
No consolidado do terceiro trimestre de 2018, as regiões pesquisadas pela indicador CBIC de lançamentos imobiliários residenciais verticais mostra nova redução da oferta. A oferta final apresentou uma queda de 4,6% em relação ao trimestre anterior e uma queda de 13,8% em relação ao mesmo trimestre de 2017.

GRÁFICO 1: OFERTA FINAL DISPONÍVEL



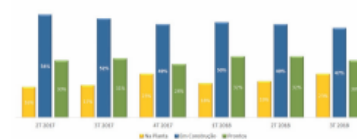
Importante observar que não se trata de um movimento apenas "trimestral", mas que tal queda de oferta vem ocorrendo desde 2016, quando se observa o gráfico abaixo de oferta final acumulada na evolução mensal:

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA OFERTA FINAL



mento, em construção e prontos. O indicador do 3º trimestre trouxe uma participação de 30% da oferta final constituída de imóveis prontos. Notavelmente, como se pode verificar no gráfico abaixo, este patamar de imóveis prontos tem mantido essa participação em níveis sempre muito próximos, o que é saudável.

GRÁFICO 5: OFERTA FINAL POR FASE DE OBRA EM % - EVOLUÇÃO



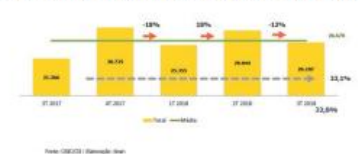
Neste trimestre, parte dessa queda na oferta final deveu-se, contudo, ao menor volume de lançamentos. Os lançamentos apresentaram queda de 17,4% em relação ao trimestre anterior, no entanto um aumento de 30,1% em relação ao mesmo trimestre de 2017. Se, por um lado, como se observa, na comparação com 2017, o ano de 2018 tem apresentado um volume maior de lançamentos, ainda 2018 demonstra algum espaço para consumo de estoques e certa incerteza, sobretudo durante todo o terceiro trimestre em que ocorreu o período pré-eleitoral, com possível impacto nesse indicador.

GRÁFICO 3: UNIDADES RESIDENCIAIS LANÇADAS



De certa forma, o mesmo se observou nas vendas. Houve crescimento em relação à 2017, porém queda em relação ao trimestre anterior: As vendas também apresentaram queda de 12,3% em relação ao trimestre anterior, mas um aumento de 23,1% em relação ao mesmo trimestre de 2017.

GRÁFICO 4: UNIDADES RESIDENCIAIS VENDIDAS

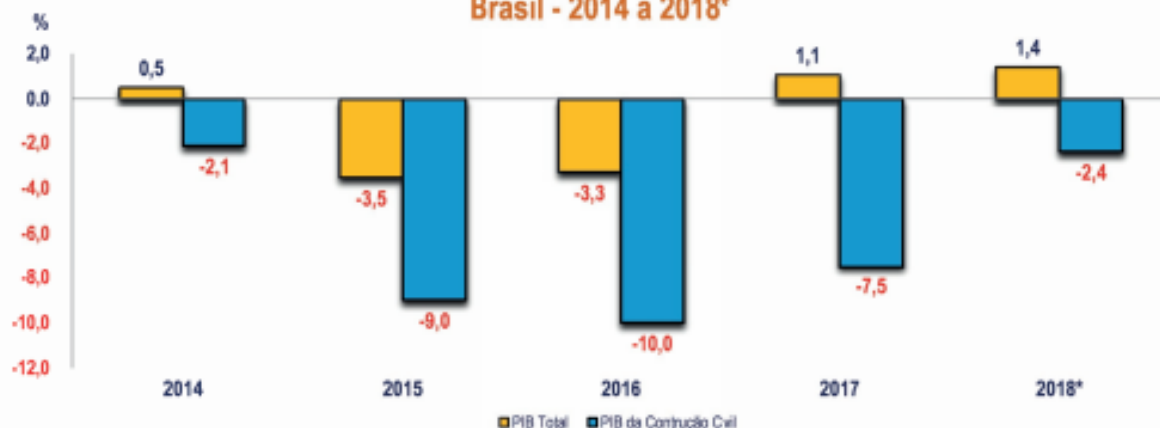


A composição da oferta final indica também uma participação saudável entre produtos em lança-

Acredita-se que o cenário pré-eleitoral possa ter interferido tanto na postergação de compras quanto de lançamentos; fato que talvez ainda se verifique ainda parcialmente no último trimestre. Avalia-se ainda que, mantida essa queda de oferta, com uma possível recuperação econômica mais forte, com maior geração de renda, e aumento da confiança (que começa a ocorrer), haverá alguma pressão de preços, porém ainda de forma moderada, e alinhados com a inflação.

Finalmente, destacamos que os indicadores gerais do terceiro trimestre mostram que o desempenho, como um todo, do setor imobiliário residencial vertical em 2018 devem de fato terminar o ano com melhores resultados que 2017. Tudo isso aponta, portanto, para um final de ano e um 2019, em rota de possível crescimento e estabilização de um novo patamar de lançamentos e vendas imobiliárias.

### Taxas de Crescimento (%) do PIB Total e do PIB da Construção Civil Brasil - 2014 a 2018\*



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais -3T/Trim./18, IBGE.  
\* Estimativas Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Sistema de Contas Nacionais Trimestrais considera os dados de rendimentos com vínculo, rendimentos sem carteira e rendimentos por conta própria coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Para realizar a revisão, o Sistema de Contas Nacionais, além dos dados da PNADC para os rendimentos sem carteira e os rendimentos por conta própria, utiliza também as informações da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) para estimar os rendimentos com vínculo, os quais são dados mais consistentes, uma vez que a pesquisa é realizada junto às empresas responsáveis pelos empregos da atividade de construção. Ainda conforme esclarece o IBGE, os rendimentos com vínculo, estruturalmente, são responsáveis por mais da metade do índice de volume do Valor Adicionado da atividade de Construção. Em 2016, de acordo com a PNADC, os rendimentos com vínculo da atividade de Construção tiveram um decréscimo em volume de -6,7%. Já pela PAIC, o índice de volume destes rendimentos, neste mesmo ano, foi de -19,8%, sendo este o principal responsável pela revisão do índice de volume da atividade do setor de -5,6% para -10%.

Com a divulgação das Contas Nacionais Trimestrais, no final de novembro, o resultado de 2017 também sofreu atualização. Dessa forma, a queda de 5% anteriormente divulgada para a Construção foi revista para -7,5%. Assim, de 2014 a 2017 o setor registrou retração de -25,8% em suas atividades e não -20,1% como eram anteriormente conhecidos. Portanto, a recessão setorial é ainda mais intensa.

A importância da Construção Civil pode ser percebida pelos números que a envolvem. O setor é responsável

pela ocupação de 6,8 milhões de pessoas, conforme dados divulgados pela PNADC. Além disso, é responsável por 22,4% do PIB da Indústria e possui uma cadeia produtiva muito extensa, que gera e distribui emprego e renda por toda a economia. Desta forma, preocupa, e muito, a intensa queda em suas atividades.

A economia brasileira efetivamente saiu do fundo do poço e está deixando para trás, mesmo que a passos lentos, uma das suas mais sérias crises dos séculos XX e XXI cuja herança corresponde a mais de 12 milhões de pessoas desempregadas. Para 2018 as estimativas de diversos analistas de mercado sinalizam incremento de 1,4% no PIB. Para conseguir fortalecer o passo no caminho do desenvolvimento e deixar a crise no passado o País precisa, urgentemente, cuidar do seu quadro fiscal e promover as reformas essenciais, em especial a previdenciária e a tributária. Assim, será possível impedir a deterioração dos principais indicadores econômicos – PIB, juros, inflação e câmbio. Além disso, precisa incentivar os investimentos, que nos últimos anos também ficaram debilitados. E, neste contexto, a Construção Civil poderá desempenhar papel estratégico e fortalecer o processo de recuperação da economia nacional. Nunca é demais lembrar que o setor é responsável por mais de 50% do total dos investimentos nacionais e a sua produção é capaz de responder rapidamente aos estímulos recebidos.

Segundo o Global Competitiveness Report, de 2018, do World Economic Forum, que mapeia o panorama de competitividade de 140 países por meio de 98 variáveis, agrupadas em 12 pilares, o Brasil ocupa a 81ª posição no pilar de infraestrutura. Este pilar se divide em dois



### Taxas de crescimento (%) acumuladas ao longo do ano e nos últimos 4 trimestres\* por setores da Indústria - 3º Trimestre de 2018



Fonte: IBGE.

\* Taxa acumulada ao longo do ano (janeiro a setembro/18) em relação ao mesmo período do ano anterior e Taxas de crescimento nos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

subfatores: infraestrutura de transporte e utilidades públicas. Destaca-se que o Brasil ainda se caracteriza pela ineficiência portuária (105º lugar) e pela falta de qualidade das rodovias (112º lugar). A precária infraestrutura nacional não deixa dúvidas de quanto o País precisa urgentemente reativar a Indústria da Construção Civil para solidificar as bases do seu desenvolvimento. É bom lembrar que a logística é responsável pela produtividade e competitividade da economia. Caminhos existem e é preciso seguir por eles. Neste sentido, avançar nas Parcerias Público-Privadas e também nas Concessões certamente trará resultados positivos. A maior união de agentes públicos e privados resultará no fortalecimento estratégico do aguardado novo ciclo de desenvolvimento nacional.

A desburocratização certamente seria um grande incentivo ao incremento das atividades do setor. Dados divulgados pelo Instituto Acende Brasil demonstram que o prazo para licenciamento ambiental das hidrelétricas pode chegar a nove anos; para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), cinco anos; linhas de transmissão, quatro anos; e termelétricas, três anos e meio. Isso reforça a urgência da necessidade de mudanças no processo.

Sempre é bom destacar que os investimentos na Construção Civil promovem muito mais do que crescimento econômico, possibilitam desenvolvimento social, pois são capazes de gerar emprego e distribuição de renda. Por isso, o País precisa urgentemente do retorno das atividades do setor, estratégico do ponto de vista socioeconômico.

No contexto habitacional ressalta-se, conforme estudo divulgado pelo Ministério das Cidades, que o Brasil precisará construir cerca de 30 milhões de moradias para equacionar a demanda reprimida nos próximos 22 anos: o equivalente a mais de um milhão de novos domicílios anualmente.

Em 2018 a Construção Civil deverá registrar o quinto ano consecutivo de queda: -2,4%, conforme estimativas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas. Para 2019 aguarda-se o início de um novo ciclo e o retorno dos resultados positivos. Motivos não faltam para a expectativa mais otimista: a inflação dentro da meta, a taxa real de juros mais baixa, o crescimento aguardado para a economia, o incremento no crédito imobiliário e a consolidação dos resultados positivos no mercado de trabalho são alguns deles. Entretanto, ainda persistem algumas incertezas como a capacidade de aprovação das necessárias reformas e a debilitada situação fiscal da União e dos estados. Diante de um cenário tão desafiador, a esperança renasce com um novo ano, com um novo governo e com ela o desejo de que o País efetivamente percorra o caminho que leva ao desenvolvimento sustentado. Para isso é preciso considerar que, para o Brasil avançar, a Construção Civil precisa crescer.

**Daniel Ítalo Richard Furlletti** - coordenador Sindical do Sinduscon-MG e coordenador do Banco de Dados da CBIC / **Ieda Maria Pereira Vasconcelos** - assessora econômica do Sinduscon-MG e economista da CBIC / **Luis Fernando Melo Mendes** - assessor econômico da CBIC.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Regulamentação do distrato vai à sanção presidencial, tornando mais claros os direitos e deveres no mercado imobiliário

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Newsletter

**Página:** Online

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC\\_newsletter\\_168.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/12/CBIC_newsletter_168.pdf)

### REGULAMENTAÇÃO DO DISTRATO VAI À SANÇÃO PRESIDENCIAL, TORNANDO MAIS CLAROS OS DIREITOS E DEVERES NO MERCADO IMOBILIÁRIO

LEGISLAÇÃO PROTEGE O COMPRADOR ADIMPLENTE, DESESTIMULA  
A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E PUNE EMPRESAS POR ATRASO NA ENTREGA



Após três anos de intenso debate e ampla negociação, a Câmara dos Deputados aprovou a regulamentação do distrato e da resolução por inadimplemento das partes quando da compra de imóveis negociados na planta, colocando fim ao vácuo jurídico que vinha impondo insegurança jurídica e colocando em risco a entrega de empreendimentos do mercado imobiliário. O projeto, que tramitou também no Senado Federal, será sancionado pelo presidente da República, traduzindo o amplo debate conduzido entre governo federal, órgãos de defesa do consumidor, poder judiciário, construtoras e incorporadoras e o legislativo. Uma vez implementadas, as novas normas reduzirão o litígio e a especulação no mercado imobiliário, beneficiando os consumidores adimplentes e os negócios jurídicos.

"O interesse coletivo deve sempre prevalecer sobre o individual. O conceito de vida em sociedade nos faz cada vez mais pensar no bem de todos, e não no de uma pessoa só", afirma José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da

Construção (CBIC). "O setor imobiliário precisava de regras mais claras que punissem os que não cumprem os contratos, sejam eles compradores ou construtores. A legislação aprovada pelo Congresso estabelece isso de forma clara", acrescenta. Para ele, a regulamentação do distrato terá efeito positivo sobre o setor, favorecendo a ampliação do investimento e a consequente geração de novos empregos.

"Foi fundamental a aprovação do tema no Congresso Nacional, pois a defesa do setor sobre a irretroatividade e irrevogabilidade dos contratos acabou desrespeitada pelo Judiciário", avalia Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC. "Agora, esperamos que a maior clareza e transparência que se farão necessárias nos compromissos de compra e venda, seja efetivamente respeitada resultando em maior segurança jurídica para o funcionamento do mercado imobiliário". A regulamentação do distrato mobilizou a agenda estratégica da CBIC nos últimos anos – a entidade fomentou amplo debate sobre o tema,



na busca por uma regulamentação de consenso.

Segundo as novas regras, se acontecer a dissolução do contrato, a incorporadora poderá reter até 25% da quantia paga pelo adquirente. Quando o empreendimento tiver seu patrimônio separado da incorporadora – o chamado regime do patrimônio de afetação –, a retenção pode ser de até 50%.

Se houver dâtrato, a empresa terá prazo de 180 para devolver o valor para o comprador, descontada a multa correspondente. Em situações de patrimônio de afetação, o período é de 30 dias após a obtenção do habite-se da construção. As novas normas também estabelecem direito de arrependimento de 7 dias para os compradores, multas para incorpora-

doras em casos de atraso na entrega dos imóveis, além de medidas importantes de transparência – como a obrigatoriedade de incluir um quadro resumo nos contratos com as principais condições.

O presidente do Conselho Jurídico da CBIC enfatiza como a lei beneficia tanto consumidores quanto empreendedores. “É importante esclarecer e desmistificar a ideia de que o consumidor inadimplente está sendo prejudicado em prol dos construtores. O construtor está, na verdade, representando os outros compradores que estão honrando seus pagamentos, e que precisam receber o imóvel no prazo”, explica. “Acho que, com a sanção nos próximos dias, toda a sociedade sai ganhando”, completa.

Entenda as principais mudanças da lei:

<b>Multas</b>	Em geral, até 25% da quantia paga Para imóveis comprados na planta (sob o regime de patrimônio de afetação), até 50% da quantia paga
<b>Devolução do dinheiro</b>	Prazo de 180 dias após dissolução do contrato Em casos de regime de patrimônio de afetação, período de 30 dias após a obtenção do habite-se da construção
<b>Outras taxas</b>	Imobiliária poderá reter valores de comissão de corretagem Se o adquirente já estiver morando no imóvel, terá que arcar com as despesas de fruição: 0,5% do valor atualizado do contrato. Para loteamentos, esse limite é de 0,75%.
<b>Multas por atraso</b>	Tolerância de 180 dias para entrega do imóvel, sem multa Se o atraso exceder os 180 dias, o comprador tem direito a desfazer o direito e reaver tudo que pagou integralmente, além de indenização prevista no contrato, em até 60 dias Se o contrato for mantido, mesmo com atraso, a construtora deve pagar 1% do valor desembolsado por cada mês de atraso
<b>Direito de arrependimento</b>	Prazo de 7 dias após a assinatura do contrato
<b>Mais transparência</b>	Todos os contratos devem incluir quadro-resumo com as condições do acordo

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Senado propõe avaliação de impacto regulatório em concessões e PPPs

**Veículo:** AECweb

**Data:** 07.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Notícias

**Página:** Online

**Link:** [https://www.aecweb.com.br/cont/n/senado-propoe-avaliacao-de-impacto-regulatorio-em-concessoes-e-ppps\\_18231](https://www.aecweb.com.br/cont/n/senado-propoe-avaliacao-de-impacto-regulatorio-em-concessoes-e-ppps_18231)

### Senado propõe avaliação de impacto regulatório em concessões e PPPs

Texto: Yuri Soares

Comissão de Serviços de Infraestrutura apresenta projeto de resolução que exige análise de propostas que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos



Segundo autor da sugestão, medida garante maior segurança jurídica ao setor de infraestrutura (Créditos: divulgação/Prefeitura de Maceió/AL)

**07/12/2018 | 12:14** - A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou a apresentação de um **projeto de resolução**, que exige análise de impacto regulatório de propostas que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de **concessões** e **parcerias público-privadas** (PPPs).

O senador Armando Monteiro (PTB-PE), autor da sugestão, afirma que é necessário avaliar prováveis benefícios, custos, alternativas e efeitos de novas leis nos contratos em vigor, para garantir maior segurança jurídica ao setor de infraestrutura.

"Existem diversos projetos em tramitação no Congresso que não tomam essa devida precaução. Podemos ter impactos indiretos que se relacionam ao aumento de tarifas ou degradação do ambiente concorrencial", disse Monteiro.

Segundo o senador Eduardo Braga (MDB-AM), Presidente da CI, a medida vai evitar equívocos como os existentes no contrato de concessão da Amazonas Energia e em concessões de rodovias e aeroportos. "Se a resolução estivesse em vigor, este Senado da República teria se manifestado sobre o fato e teria evitado o surgimento de um passivo regulatório hoje da ordem de R\$ 20 bilhões na empresa Amazonas Energia".

A minuta do projeto será encaminhada à Mesa do Senado para começar a tramitar como projeto de resolução.

#### Entidades do Setor

A ação foi vista de maneira positiva pelo presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Carlos Eduardo Lima Jorge. Para ele, "toda iniciativa do Legislativo para garantir segurança jurídica nos empreendimentos de infraestrutura é muito bem-vinda".

Lima Jorge disse, ainda, que o CBIC tem tratado desta questão por meio da defesa da melhoria da matriz de risco, parte integrante dos contratos de concessões e PPPs. "Quanto mais ela for bem-feita, bem detalhada, menores as chances de impactos imprevisíveis sobre as tarifas, sobre os contratos como um todo", completa.



## Mais noticias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter :: Edição 168](#)

TERRA

[MRV não espera interrupção no Minha Casa Minha Vida, mas diversifica negócios](#)

Isto É

[Mais crédito pelo seu imóvel!](#)

